

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.841 - SP (2019/0213619-3)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ALAOR BENTO DA SILVA
AGRAVANTE : ALINE FERNANDA MEDEIROS SILVA
AGRAVANTE : AMANDA LUCILA MEDEIROS DA SILVA
AGRAVANTE : ANA PAULA DA SILVA PEDRO
AGRAVANTE : ANTONIO SERGIO MICAS
AGRAVANTE : GISELE MARTINS MORAES
AGRAVANTE : HELIO YATSUO ATAIDE
AGRAVANTE : HUMBERTO LUIS BENEZ MARTINS
AGRAVANTE : JOCIMAR JUNQUEIRA BERSANETE
AGRAVANTE : JOSEFA DA SILVA
AGRAVANTE : KATIA CARDOSO DE SA
AGRAVANTE : LUIS ANTONIO DE MELLO
AGRAVANTE : LUIZ CARLOS FARIA
AGRAVANTE : LUIZ GUENJI WATANABE
AGRAVANTE : MAILTON NASCIMENTO BARCELOS
AGRAVANTE : MARIA CONCEICAO ARCARI
AGRAVANTE : MARILU SATIKO OKADA CERCHIARI
AGRAVANTE : MAURO CESAR BARCELOS
AGRAVANTE : MOACIR DAGOBERTO DA SILVA
AGRAVANTE : MOISES GOMES DA SILVA
AGRAVANTE : NEUSA ALVES DE CASTRO CARDOSO
AGRAVANTE : NEUSA GONCALVES DO NASCIMENTO
AGRAVANTE : NEWTON VIEIRA DE SOUZA
AGRAVANTE : OSWALDO TEIXEIRA DE FREITAS
AGRAVANTE : PAULO SERGIO RODRIGUES
AGRAVANTE : ROSIMEIRE MARIN DE OLIVEIRA LEAL
AGRAVANTE : SAMUEL GUIMARAES
AGRAVANTE : SERGIO LUIS TERUEL
AGRAVANTE : VILMA GOMES DE SOUSA SANTOS
ADVOGADOS : RICARDO FALLEIROS LEBRAO - SP126465
MESSIAS TADEU DE OLIVEIRA BENTO FALLEIROS E
OUTRO(S) - SP250793
DIEGO LEITE LIMA JESUINO - SP331777
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : GIBRAN NOBREGA ZERAIK ABDALLA E OUTRO(S) -
SP291619
AGRAVADO : JOSEFA GENURA MEDEIROS DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por **Alaor Bento da Silva e outros** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com

Superior Tribunal de Justiça

fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 287):

APELAÇÃO CÍVEL - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL.

1. Quinquênio - Base de cálculo - Vencimentos integrais - Artigo 129, da Constituição Estadual - Totalidade dos vencimentos efetivamente percebidos - Exclusão restrita às vantagens eventuais.

2. Adicional de Local de Exercício (ALE) - Vantagem de caráter geral, concedida a todos servidores, indistintamente - Inteligência das LCE nº 693/92, 1.109/10 e 1.197/13.

Recurso provido.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 344/348).

Nas razões do recurso especial, as partes agravantes apontam, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 14, 85, §§ 3º e 4º, II, e 1.046 do CPC/15 e 20, §§ 3º e 4º do CPC/73. Sustentam, em síntese, que, "ao contrário do que se consignou no acórdão recorrido, o fato de a sentença ter sido prolatada na vigência do CPC/73 não obsta a fixação de honorários advocatícios de acordo com o Novo Código de Processo Civil, em segunda instância. As novas regras de honorários de sucumbência nas ações em que a Fazenda Pública for parte (artigo 85, §§ 3º e 4º, II, do Código de Processo Civil/2015) se aplicam de forma imediata, nos termos dos artigos 14 e 1.046, caput, do Código de Processo Civil/2015. Extrai-se que o Novo CPC adota, como regra, a teoria do isolamento dos atos processuais. Em razão disso, e do princípio geral da irretroatividade da lei contemplado no artigo 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, o CPC/2015 somente será aplicado aos atos processuais praticados sob sua vigência. [...] No presente processo, o acórdão foi prolatado no dia 15/02/2017, tornado público no dia 13/03/2017, e disponibilizado no DJE em 07/04/2017. Logo, aplicável ao caso o Novo Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015), que entrou em vigor no dia 18/03/2016 (art. 1.045 do CPC/2015), uma vez que o julgamento foi concluído ao tempo do CPC/2015. [...] Subsidiariamente, requerem a majoração dos honorários advocatícios, de modo que sejam fixados em valor não aviltante, preferencialmente em percentual sobre o valor da condenação, nos termos do disposto no artigo 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973;" (fls. 438/442)

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não merece prosperar.

No que diz respeito aos honorários advocatícios, a orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal é firme no sentido de que o marco temporal, para a incidência do novo estatuto processual, no que se refere aos honorários advocatícios sucumbenciais, é a data da sentença.

A propósito, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MARCO TEMPORAL PARA A APLICAÇÃO DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTE. IMPUGNAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE VERBA HONORÁRIA. MAJORAÇÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O recorrente alega que não há falar em direito adquirido a fim de conclamar incida o Novo Código de Processo Civil apenas às demandas ajuizadas após a sua entrada em vigor (conforme decidido pelo Tribunal a quo), porquanto, consoante estabelecido no artigo 14 do NCPC, o novel diploma normativo processual incidirá imediatamente aos processos em curso.

2. A jurisprudência desta Corte tem entendido que o marco temporal que deve ser utilizado para determinar o regramento jurídico aplicável para fixar os honorários advocatícios é a data da prolação da sentença, que, no caso, foi na vigência do Código de Processo Civil de 1973. Precedente: REsp 1.636.124/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 27/04/2017.

3. Nesse contexto, sobrepõe-se o entendimento consolidado neste Tribunal, no sentido de que salvo as hipóteses excepcionais de valor excessivo ou irrisório, não se conhece de recurso especial cujo objetivo é rediscutir o montante da verba honorária fixada pelas instâncias de origem, a teor do enunciado nº 7, da Súmula do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1657177/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 23/08/2017)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EMBARGOS À EXECUÇÃO. COMPENSAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA.

Superior Tribunal de Justiça

POSSIBILIDADE. MARCO TEMPORAL. SENTENÇA PROLATADA NA VIGÊNCIA DO CPC/73. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 306 DO STJ. PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DO ART. 85, § 14, DO NCPC. ARTIGO NÃO PREQUESTIONADO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO COM APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O art. 85, § 14, do NCPC, diversamente do que afirmam os agravantes, não foi objeto de debate nas instâncias ordinárias e, de fato, não poderia ter sido, uma vez que a nova lei processual civil não se encontrava em vigor, o que atrai a aplicação das Súmulas nºs 282 e 356 do STF.

3. Esta Corte assentou entendimento no sentido de que em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar-se o direito adquirido, as normas sobre honorários advocatícios não são alcançadas por lei nova. A sentença, como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015. (REsp 1465535/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 22/8/2016) 4. Na lide examinada os honorários foram fixados pela sentença sob a vigência do CPC/73, sendo possível, portanto, a aplicação da Súmula nº 306 do STJ.

5. Agravo interno não provido com aplicação de multa.

(AgInt no AREsp 1034509/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 13/06/2017)

Assim, tendo sido a sentença do presente processo publicada na vigência do CPC/73 (fl. 146), é aplicável ao caso o entendimento consolidado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento pelo rito previsto artigo no artigo 543-C do Código de Processo Civil, segundo o qual, *"vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade"* (REsp nº 1.155.125/MG, Relator Ministro Castro Meira, DJe de 06/04/2010).

Em reforço:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA SUCUMBENTE. OBSERVÂNCIA DO RESP 1.155.125/MG, JULGADO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC/1973.

1. Na forma da jurisprudência do STJ, vencida a Fazenda Pública, para a fixação do quantum dos honorários advocatícios, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto em face das circunstâncias previstas no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, utilizando-se do juízo de equidade e podendo adotar como base de cálculo o valor da causa, o valor da condenação ou mesmo arbitrar valor fixo, não ficando adstrito aos percentuais legalmente previstos. Tal posicionamento já foi firmado, inclusive, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 (REsp 1.155.125/MG, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 6/4/2010).

2. No caso em apreço, considerando que os embargos à execução opostos pelo contribuinte tramitam desde o ano 2008 e somente nesta Corte obteve a procedência para o cancelamento da dívida tributária ali questionada (R\$ 3.063.095,91), não há falar em exorbitância da verba honorária fixada em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pois adequada à remuneração dos trabalhos desenvolvidos pelos patronos da parte ora agravada.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1420126/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/1/2016, DJe 18/10/2016)

Por estar em conformidade com esse entendimento, não merece reparos o acórdão recorrido.

Ademais, a jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, pois tal providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos.

No caso, o Tribunal de origem fixou os honorários sucumbenciais em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), considerando que, "*sucumbente, arcará a ré com o*

Superior Tribunal de Justiça

pagamento das custas e despesas processuais, observadas as isenções legais, bem como dos honorários advocatícios, ora fixados em R\$ 1.500,00." (fl. 294).

Dessarte, não configurada a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte, não se mostra possível a majoração dos honorários advocatícios pleiteada pela parte ora agravante.

A propósito, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A revisão do valor dos honorários advocatícios arbitrado, é, em princípio, vedado nesta instância, à luz da Súmula 7/STJ. Como cediço, é admitida sua revisão por esta Corte quando o valor arbitrado extrapola os limites da razoabilidade, o que, todavia, não se verifica no presente caso.

2. A tese jurídica veiculada nas razões do regimental não é capaz de modificar o posicionamento anteriormente firmado no decisum ora impugnado, que persevera, na íntegra, por seus próprios fundamentos.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 171.013/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 13/03/2013) si,

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator